

Pioneiras



Ana Passos Ramos

MULHER, PSICÓLOGA E MILITAR NO TEATRO DE
OPERAÇÕES DA BÓSNIA-HERZEGOVINA
CONTRIBUTOS PARA OS MARCOS DA HISTÓRIA
NA DÉCADA DE 1990

Para cumprir o desígnio do honroso convite da revista *Faces de Eva – Estudos sobre a mulher*, proponho-me apresentar um auto-retrato idiossincrático, assente na minha experiência profissional, como a primeira Mulher, Psicóloga e Militar a acompanhar psicologicamente os/as militares do 2.º Batalhão de Infantaria Pára-quedista, cumprindo uma missão de apoio à paz na Bósnia-Herzegovina de Julho de 1999 a Janeiro de 2000.

Este desafio levou-me a reflectir sobre as minhas vivências profissionais numa década em que imperava a necessidade de fazer singrar as competências das mulheres como militares, num meio predominantemente masculino. A integração das mulheres nas fileiras militares em 1992 constituiu um marco histórico, e o acompanhamento psicológico dos militares no terreno em 1999, uma conquista do Exército Português que mereceu reconhecimento ao nível nacional e internacional, junto das forças militares da coligação da NATO.

A necessidade de acompanhamento psicológico aos militares portugueses numa força de estabilização da paz não foi apenas identificada no pós-guerra nos Balcãs, pois já tinha sido sentida na guerra colonial de 1961-74, nas três frentes de combate: Moçambique, Angola e Guiné-Bissau. Contudo, foi a partir das pústulas da guerra presentes nos novecentos mil sobreviventes, exibindo cerca de quarenta mil sintomas de stresse de guerra^[1], que o Exército Português reconheceu o impacto negativo do conflito e implementou um modelo de apoio em 1999. Para responder a esta necessidade, um grupo de Oficiais Psicólogos do Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAE), liderado pelo Coronel Andrade da Silva, deslocou-se ao terreno para identificar os principais factores de stresse inerentes à missão de apoio à paz e propor medidas de equilíbrio para promover a saúde mental dos/as militares. Com base na experiência da guerra do Golfo, os/as Psicólogos/as do Exército Português, ao contrário das forças internacionais, implementaram um modelo inovador. Para além da avaliação psicológica: antes, durante e depois da missão, os/as Psicólogos/as prestaram acompanhamento psicológico aos/às militares no terreno.

Foi neste contexto que em Julho de 1999 integrei o estado-maior técnico do 2.º Batalhão de Infantaria Pára-quedista, constituído por 313 homens e sete mulheres, numa missão de sete semanas, para prestar assessoria ao comando – emitindo pareceres técnicos, com base na metodologia científica de observação participante e de análise e diagnóstico – e efectuar acompanhamento psicológico. Este modelo mereceu destaque na notícia^[2] do jornal *Correio do Manhã*, para o qual fui entrevistada a 26 de Outubro de 1999.

Para responder ao desafio que me foi colocado, centrei a minha reflexão no escrutínio das especificidades da minha experiência profissional e pessoal para o pioneirismo do cumprimento da missão, no género feminino. As motivações que me orientaram estão subjacentes às minhas origens. Como neta, filha e sobrinha de militares do Exército Português, vivenciei directa e indirectamente situações de elevada tensão, fruto da guerra colonial em Angola em finais da década de 1960 e início da de 70. Nos primeiros cinco anos vivi entre o Luso (actual Luena), situado na província de Moxico,

1. Siva, J., et al. (2011). *Feridas de Guerra: (In)justiça silenciada. Estudo da Deficiência de guerra no Exército.* (In press.)
2. Machado, F. (1999, 26 Outubro). Psicólogos no terreno nos Balcãs são experiência inovadora. *Correio da Manhã*, p. 9.

onde nasci, e a capital de Angola. Desempenhando a função de Oficial de Operações, o meu pai, sempre que necessário, deslocava-se com a família por via aérea, dado a opção terrestre ser desaconselhada pela vastidão do território e pelo clima de guerra. Foi nessas viagens no avião Noratlas (conhecido popularmente como “*barriga de ginguba*”, por associação ao formato do amendoim) que assisti de perto ao sofrimento dos soldados feridos transportados nas macas.

Hoje retenho na memória o olhar inocente de uma criança, atenta ao que se passava à volta, procurando respostas para as dúvidas que lhe assolavam a mente: as causas da tensão, o propósito do conflito e a negociação falhada que levava o último sopro de vida do seu tio nos acordos de paz na Guiné-Bissau, em Abril de 1970, e deixara vestígios de tristeza profunda no olhar do seu pai. Constato em mim, desde muito cedo, a necessidade de compreender o que sente um militar na luta para sobreviver e fazer vingar os valores mais nobres da pátria. Foi com esse olhar que embarquei em Julho de 1999 no C130 rumo à Bósnia-Herzegovina para levar a cabo uma missão, envergando na bagagem as marcas da minha história, a motivação para contribuir com o meu conhecimento e experiência para os fundamentos da co-construção de um marco da História do Exército Português, mas sobretudo a disponibilidade para acolher o sofrimento, ajudar a reflectir e promover recursos internos dos homens e mulheres militares que teria a oportunidade de conhecer.

Chegada a Sarajevo, os/as militares olharam-me inicialmente com alguma desconfiança, como se envergasse o papel de *spy* (espia), por analogia à sigla homófona CPAE. Poderiam eventualmente pensar, “sendo mulher, sabe-se lá como usaria o seu sexto sentido?”. A minha primeira intervenção foi junto de um jovem soldado recém-casado que exasperadamente queria desistir da missão, pelo facto de a mulher ameaçar pôr termo ao casamento, caso não regressasse de imediato ao território nacional. As saudades, as dificuldades de comunicação com os familiares, dada a escassez de linhas telefónicas, a abstinência sexual e o impacto da destruição de um país marcado pela guerra foram identificados como os principais *stressores* que influenciam o bem-estar dos homens e mulheres a cumprir missões de apoio à paz.

Olhar e escutar atentamente, sentindo e compreendendo a angústia do outro, faz parte do quotidiano profissional do/a Psicólogo/a. Todavia,

para um/uma militar treinado/a para o combate, as emoções têm de ser suprimidas e montadas defesas: “Um homem não chora, um militar muito menos e um pára-quedista, menos ainda!” A expressão “Chuva não molha militares!” não se refere à supressão concreta do guarda-chuva, mostra antes a impermeabilidade a qualquer intempérie externa ou interna, traduzindo simbolicamente a repressão das necessidades psicoafectivas e da expressão emocional, fazendo sobressair a masculinidade dos homens e exigindo às mulheres militares características idênticas. Numa fase inicial, observei mulheres que, procurando esconder as características de feminilidade, adoptavam uma uniformização do género, através do uso da farda e dos comportamentos exibidos: sentar-se de pernas abertas, utilizar uma linguagem mais desabrida e ingerir “bagaço”, para fazer engrossar a voz nas ordens da formatura, como forma de facilitar a sua integração.

Sentir o efeito da escuta empática³ e da relação terapêutica em meio militar poderá equiparar-se ao efeito da chuva em África, rara mas avassaladora, um efeito-surpresa que fará sobressair a necessidade imperiosa de cuidar os aspectos psicoafectivos que tornam um/a militar, mais inteiro/a, mais humano/a! Por mais preparado/a que se esteja, seguindo o lema “Instrução dura, combate fácil”, há situações de crise que surgem de forma inopinada. Afinal a preparação militar também tem o objectivo de camuflar as emoções do homem ou da mulher que se prepara para o combate, fazendo sobressair as características de masculinidade em ambos os géneros, como a afirmação e a agressividade.

Outra intervenção foi com uma jovem soldado que chorava copiosamente pela perda da mãe, vítima de doença crónica após a partida da filha. As lágrimas que caíam incessantemente expunham uma fragilidade culturalmente conectada à representação da feminilidade que para a jovem soldado estava a ser difícil gerir. Para um/a militar, independentemente do género e mais ainda das tropas especiais, desmontar as defesas e expor as lágrimas não é fácil! Como Primeira-Oficial Alferes Psicóloga, coube-me a tarefa de desbravar o caminho, observar, ouvir e sobretudo conquistar a confiança dos/as militares. Não quer dizer que isso não pudesse ser feito por um Psicólogo do género masculino, mas talvez se revelasse um processo

3. Entende-se por escuta empática uma atitude de escuta activa, de aceitação, sem emitir qualquer juízo de valor, dar conselhos ou instruções concretas de acção, podendo o silêncio ser profícuo para sentir as emoções e contribuir para a reflexão conjunta.

mais moroso. Da análise desta missão, constato que se tornou mais fácil para aqueles homens e mulheres desabafarem com uma mulher, psicóloga e militar. O tom de voz, mais melodioso e suave, e um sorriso aberto e franco para compreender a fragilidade, quer do soldado que ponderava desistir da missão, quer da soldado, são aspectos que poderão contribuir para criar uma relação, embalar a angústia e atenuar a dor, permitindo ao homem ou à mulher “despir a farda” com mais facilidade, sentir e exprimir as suas emoções e recuperar as suas forças.

A missão não se cingiu, porém, ao âmbito singular, mas também ao colectivo, através de uma palestra de assertividade para defesa dos próprios direitos e opiniões, sem colocar os dos/as outros/as em causa, o que foi pioneiro numa instituição tão hierarquizada. No âmbito dos assuntos civis, fui chamada a acompanhar os militares nas visitas à comunidade local. O facto de existir uma mulher militar no grupo surpreendeu os líderes tanto da zona sérvia como da muçulmana. É de realçar que a missão atribuída ao contingente português pressupunha uma atitude neutra com vista a minimizar o conflito e promover a cooperação entre os povos, apesar das diferenças culturais e religiosas. Pertencer ao género feminino, ser psicóloga e militar no contacto com a população civil contribuíram para aliviar a tensão no ambiente pós-guerra, diminuir a agressividade e promover a negociação. Neste sentido, Gianini^[4] refere que a presença das mulheres uniformizadas nas missões de apoio à paz transmite segurança e constitui um modelo de igualdade de género para a população local.

A presença da mulher no meio militar não é apenas um contributo para a igualdade de género, mas também para a diversidade da identidade de género. De acordo com as teorias de Bem e Spence^[5], a masculinidade e a feminilidade não são polos opostos numa dimensão única. Tanto o homem como a mulher reúnem dentro de si características independentes de masculinidade e feminilidade, sendo estas utilizadas pelo/a próprio/a, consciente ou inconscientemente, com maior ou menor predominância, consoante o

4. Citado por Resende, S. (2017). Uma questão de Género: Mulheres, Forças Armadas e Operações de Paz. *Cadernos de Relações Internacionais*, II, (2), 91.

5. Citados por Souza, M., & Ferreira, M. (1997). Identidade de Género Masculina em civis e militares. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10, (2), 305.

contexto e o objectivo. De acordo com O’Neil^[6], a identidade de género é um processo que acompanha o desenvolvimento humano, implicando que o/a militar possa questionar-se e redefinir as suas crenças e expectativas relacionadas com a masculinidade e a feminilidade.

Eu, Mulher, Psicóloga e Militar, afirmei as minhas características de masculinidade e de feminilidade, mas também considero ter contribuído para que os/as homens/mulheres, militares e pára-quedistas pudessem afirmar as suas, permitindo-se lidar com a sua própria fragilidade e integrá-la como uma parte de si, desenvolvendo a sua própria diversidade e identidade de género.

6. Citado por Souza, M., & Ferreira, M. (1997). Identidade de Género Masculina em civis e militares. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10, (2), 307.